

**ATO Nº 032/2012**

Declara estabilidade no serviço público aos servidores dos Quadros Auxiliares de Provimento Efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins, na forma que especifica

**O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições legais, conforme os dispostos no artigo 17, inciso V, alínea "d", inciso XII, alínea "h" e "i", da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, com fulcro no artigo 41 da Constituição Federal, *c/c caput* do artigo 21, da Lei Nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins,

**CONSIDERANDO** o transcurso de 03 (três) anos de pleno exercício, dos servidores habilitados em concurso público de provas e títulos para provimento dos cargos dos Quadros Auxiliares de Provimento Efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins, o qual foi realizado no ano de 2006, conforme resultado de homologação publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 2.248, de 14 de setembro de 2006, e nº 2.264, de 10 de outubro de 2006; e

**CONSIDERANDO** que "ao entrar em exercício", os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por um período de trinta e seis meses, durante o qual sua disciplina, idoneidade moral, aptidão para a função, conduta e integração do servidor ao serviço e às atribuições do cargo aptidão, idoneidade e capacidade serão objeto de avaliação para o seu desempenho";

**CONSIDERANDO**, ainda, que o funcionário habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar três anos de pleno exercício, e

**CONSIDERANDO** que as servidoras adiante relacionadas, preencheram as condições para adquirirem estabilidade no serviço público, após três anos de efetivo exercício, ao que se extrai de todas as etapas da Avaliação Especial de Desempenho deles;

**RESOLVE:**



**DECLARAR ESTÁVEIS** no serviço público estadual, em virtude do atendimento dos requisitos relativos à disciplina, idoneidade moral, aptidão para a função, conduta e integração do servidor ao serviço e às atribuições do cargo, bem como pelo decurso de três anos de efetivo exercício, as servidoras nominadas no ANEXO ÚNICO deste, a partir das datas especificadas:

**PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, em Palmas, 02 de abril de 2012.



**CLEONIR RENAULT DE MELO PEREIRA**  
Procurador Geral de Justiça

**ANEXO ÚNICO AO ATO Nº 032/2012, DE 02 DE ABRIL DE 2012**

<b>SERVIDOR/CARGO</b>	<b>EXERCÍCIO</b>	<b>ESTABILIZAÇÃO</b>
<b>JULIANA SILVA MARINHO GUIMARÃES</b> Analista Ministerial Especializado – Ciências Jurídicas	<b>27/03/2009</b>	<b>27/03/2012</b>
<b>NEURACIR SOARES DOS SANTOS</b> Técnico Ministerial Especializado – Técnico em Enfermagem	<b>30/03/2009</b>	<b>30/03/2012</b>